



Prefeitura Municipal de Paicandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS**

**ATA NÚMERO UM DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS / GESTÃO 2021-2023.**

No dia vinte e seis do mês de janeiro de 2023, às nove horas e vinte minutos, nas dependências da APAE, localizado na Av. Macapá, 249 - Jardim Capital, Paicandu/PR, aconteceu a primeira reunião extraordinária do CMAS. O Vice Presidente Fernando saudou os presentes, a equipe da secretaria executiva realizou a conferência do “quórum” mínimo, e iniciou-se a instalação dos trabalhos. Compareceram à reunião da área governamental: **Nathyele Nayara Pertile Tambalo; Alessandro Adriano Ribeiro; e Fernando Junior da Conceição.** E da sociedade civil organizada: **Gláucia Fabiano de Magalhães Marconi; Abigail Alves dos Santos e Luiz Henrique dos Santos.** Estiveram presentes também, como ouvintes e participantes, **Adriana Marinho Teles, Rose Chem, Maria Aparecida Miranda da Silva, Célio dos Santos Martins, Antônio Araújo Costa.** Fernando iniciou a reunião com a leitura da Pauta Composta por: Verificação do quórum; Aprovação da Pauta; **1 - Ata da última reunião para aprovação e assinatura; 2 - Reconstituição das Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias; 3 - Visita institucional e Relatório de atividades APAE; 4 - Ofício nº 5295 do Ministério da cidadania, solicitando esclarecimento a respeito da Emenda de 100 mil para APAE; 5 - Habitação: denúncia de violação de direitos na ocupação dos prédios em Paicandu; 6 - Informativos.** Fernando explica que para a reunião de hoje teremos a visita técnica na APAE e assuntos da reunião extraordinária pelo CMAS, ele questiona se todos são a favor dos assuntos trazidos na pauta e se a ordem seria mantida e todos foram favoráveis, ele deu sequência na reunião. Os conselheiros foram recepcionados pela equipe técnica da APAE, que apresentou todas as dependências da entidade para os Conselheiros do CMAS, apresentando as atividades realizadas em cada espaço, e os projetos em andamento, segue as fotos em anexo. Sobre a ATA da última reunião, Andressa explicou que foi encaminhada no mês de dezembro no grupo de whatsapp, questionou se todos fizeram a leitura para ser colocado para aprovação e coleta de assinaturas. Nenhum Conselheiro manifestou desacordo, e por unanimidade a ata foi aprovada. **2 - Reconstituição das Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias;** Andressa apresentou a Resolução do CMAS nº 04/2021, que nomeia as comissões temáticas, sendo que na comissão de inscrição e documentação que é o foco da reunião de hoje está composta por Luciane Rigão, Abigail Alves, Gláucia Fabiano e Fernando Junior, sendo necessário para a reunião de hoje fazer a paridade dessa comissão e sugere, substituir um membro da APAE por um membro governamental, Nathyele concordou, sendo que esta alteração será de forma extraordinária. Gláucia reforçou a importância dessa recomposição, pois a Luciane é sua suplente no conselho e está na mesma comissão, então Andressa informou que nas outras comissões também foi identificado que outros Conselheiros foram substituídos, se fazendo necessárias alterações em todas as Comissões, esta pauta será levada para Reunião Ordinária, no dia 02 de fevereiro. **3 - Visita institucional e Relatório de atividades APAE;** Fernando pergunta se todos analisaram a documentação da APAE, enviada antecipadamente para os Conselheiros. Andressa informa que na secretaria executiva se encontra toda documentação, alvará, ATA de posse, projetos, relatórios, estatuto e plano de ação da APAE. Não havendo neste momento nenhuma observação por parte dos conselheiros, foi passada a palavra para os representantes da APAE. A diretora Sara diz que neste momento pedem a atualização no documento que comprove a inscrição, uma vez que, possuem a declaração em vigor até 2023, mas com data anterior. E precisam desse documento, com data deste ano para anexar no Sistema do Estado do Paraná (SEJUF). Disse que sempre

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Rua Alberto Santos Dumont, Nº 186 – Centro – CEP: 87.140.000 Paicandu/PR.

Tel.: 3244-3015 E-mail: conselhomunicipal1@paicandu.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Paçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS

encaminham todos os relatórios e prestações de contas ao conselho no final de abril, que é o mesmo período de envio para a federação estadual da APAES, sendo o mesmo documento. Falou que a APAE de Paçandu atende as missões da área social, educacional, de saúde e trabalho, prestando serviço à comunidade com foco nas pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Com relação ao trabalho, tem sido feito parceria com a APAE de Maringá para que os alunos tenham acesso ao Projeto Pré e Jovem Aprendiz, não foi possível trazer um projeto como esse para o município porque o número de alunos com interesse no mercado de trabalho é baixo devido a cultura municipal em preferir o BPC em vez de ingressar no mercado de trabalho, mesmo vários alunos tendo condições de trabalho, a família prefere a segurança do BPC que o risco de trabalhar e em caso de desligamento ficarem desamparados, mesmo as políticas públicas tendo se atualizado, e que o benefício é suspenso e não perdido, eles teriam dificuldades em ficar um período sem recebimento até voltar a receber o benefício. A APAE está caminhando com um projeto em parceria com o Sicoob, com a intenção de contratação de 30 pessoas com deficiência intelectual para a fabricação de fraldas no espaço da APAE. Diz que será de grande importância, que defendem muito o emprego apoiado, pois ações como esta alcançam aqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho. As missões da APAE não se sobrepõem uma sobre a outra, mas caminham lado a lado. Gláucia fala que 2022 foi muito desafiador devido a parada das atividades em 2021 devido a pandemia. Tiveram o desafio de trazer de volta estas famílias, fizeram encontros, trouxeram advogados da OAB, médico, nutricionista, educador físico para trabalhar com as famílias nos encontros. No início do ano de 2022 houve uma boa adesão, mas se aproximando do final do ano foram acontecendo algumas desistências devido algumas dificuldades. São barreiras que vão encontrando, mas que irão reformular estratégias para trazer essas famílias. Tem também o desafio de reestruturar o clube de mães, disse que já pensaram em convidar as mães que ficam aguardando os filhos durante o atendimento, mas ainda encontram muita resistência. Gláucia também relatou sobre um novo projeto de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em parceria com a Cocamar em levar as famílias até lá com intuito de confeccionar fraldas descartáveis para utilização dos alunos que dela precisarem. Andressa esclarece que anualmente, o CMAS precisa verificar todas as documentações das OSC que possuem inscrição neste Conselho. De acordo com a Resolução CMAS 29/2018, as entidades precisam encaminhar o Relatório de Atividades do ano anterior, e o Plano de Ação do ano corrente. Sobre os documentos da APAE, Andressa apresenta ter em arquivo na Secretaria Executiva o Estatuto, a Ata de Posse da nova diretoria, e recebemos o Relatório de Atividades de 2021 e o Plano de Ação 2022. Nestes documentos, a APAE apresenta a execução do Serviço de habilitação e reabilitação da Pessoa com Deficiência, e o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e Pessoas Idosas. Sara diz que a APAE sempre teve grandes dificuldades para formar um grupo de mães que fosse assíduo. Andressa esclarece que a Secretaria Executiva dos Conselhos teve muitas dificuldades devido a rotatividade de funcionários, e que infelizmente não existia uma continuidade nos trabalhos. Explica que o Conselho Municipal de Assistência Social, através da comissão organizadora precisa fazer, todos os anos até o mês de abril receber o relatório do ano anterior de todas as entidades inscritas juntamente com o plano de ação do ano corrente, analisar a documentação e se necessário realizar a visita, também diz que no relatório enviado precisa conter a equipe que faz parte da entidade, quais os projetos em andamento e posteriormente levar o documento para aprovação na plenária, com o porém de que devido a rotatividade de funcionários na Secretaria Executiva, isso não estava acontecendo, mas que retomará com as pendências. Andressa explica que a dúvida da Secretaria Executiva, é se a APAE estava

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Rua Alberto Santos Dumont, Nº 186 – Centro – CEP: 87.140.000 Paçandu/PR.

Tel.: 3244-3015 E-mail: conselhomunicipal1@paicandu.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Paiçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS

executando algum Serviço Socioassistencial Tipificado, tendo em suas ações, o pilar da Assistência Social. Ou se a APAE estava atuando exclusivamente no atendimento pedagógico como escola e saúde pelo SUS. Sugere ainda, que na próxima documentação tenha descrição a quantidade de pessoas e/ou famílias atendidas pelo serviço socioassistencial, e incluir o Serviço da Proteção Básica, pois acredita que pelo fato dos relatórios enviados ao CMAS seja o mesmo relatório enviado para outros destinatários, e portanto, esteja contemplado o público geral da APAE, e no caso do CMAS, precisa ter detalhado os serviços desenvolvidos na área de Assistência Social. Foi explicado que possivelmente nesse último relatório não tenha esses dados porque ele é referente ao ano de 2021 o qual não tiveram nenhuma ação devido a pandemia e baixa adesão dos familiares. Após, foi questionado como funciona o fluxo do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias, uma vez que ele também é executado no CREAS. Gláucia explica que não tem um grupo de trabalho específico ou com grupos de famílias, e Sara fala que quando necessário, trabalham em parceria com a rede CREAS, CRAS, a prioridade para o atendimento são os alunos da APAE. Sara fala que a entrada principal dos alunos da APAE é a escola e a grande maioria do trabalho é realizado para esse público, tem o trabalho clínico (SUS) e a família também é atendida pela Assistência Social, Gláucia. É justificado que a escola e saúde conseguem ver onde está, tem espaço para essa atuação, o social está em todo lugar, ela transita, não tem horário definido para ocorrer como ocorre nas outras áreas, pois vai de acordo com as necessidades. É afirmado que talvez por isso é difícil de identificar qual o serviço da assistência social tipificado e executado na APAE. Sara justifica que em todas as APAES do Brasil é dessa forma que acontece. Ela cita que o estado do Paraná ainda tem o diferencial que a educação é regulamentada, talvez por isso tenha como maior visibilidade. Gláucia cita que a forma que as ações na área da assistência podem ser identificadas hoje, é através das oficinas e grupos de mães através do artesanato, o qual tem lista de presença dos encontros, fotos, além das visitas que são realizadas. Tem como proposta para esse ano desenvolver trabalhos de fortalecimento de vínculos. A APAE se mostrou aberta a sugestões, então foi trazido como sugestão incluir no plano de ação, a Proteção Social Básica, pois a Proteção Especial se refere à indivíduos e famílias em situação de violência. Caso seja identificado esse público na APAE, é importante trazer esses números, inclusive para conhecimento do conselho tutelar que também tem a previsão de fazer visitas para entidades. Indicando o Serviço de Proteção Básica, pode-se abranger famílias em vulnerabilidade, que se enquadram dos serviços do CRAS por exemplo. Sara fala que irão consultar a federação, pois fazem de acordo com as orientações da federação para que não percam a legitimidade da instituição. Rose se apresenta como sendo presidente do CMS e CMDM e que está na reunião a convite por ser pertinente às discussões. gostaria de contribuir e dizer que a paróquia Jesus Bom Pastor tem um grupo de mulheres que já estão fazendo fraldas para Paiçandu e caso precisem de algum número pode solicitar. Ela fala que as políticas públicas devem com urgência se falar entre si, pois hoje isso não acontece e quem paga o preço é o usuário. Quanto mais as políticas públicas, privadas e parcerias se falarem entre si, maior será a efetivação da política para as pessoas que dela precisam. Fernando sugere estipular algum tipo de vínculo à família que precisa da fralda, como por exemplo, que ela participe pelo menos um dia da semana na confecção. Gláucia diz que é dessa forma que acontece na Cocamar, tem uma equipe da cooperativa que passa as instruções de produção e acompanha, as famílias são posicionadas ao redor da mesa de produção a fim de participarem do processo. Gláucia acrescenta que a perspectiva é que pelo menos 10 famílias das 125 que frequentam a APAE participem desse projeto. Célio pergunta a Rose quantas famílias são atendidas na paróquia e quantas fraldas

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Rua Alberto Santos Dumont, Nº 186 – Centro – CEP: 87.140.000 Paiçandu/PR.

Tel.: 3244-3015 E-mail: conselhomunicipal1@paicandu.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Paiçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS

são entregues por família. Rose disse que é feito um cadastro na assistência social da paróquia onde é identificado o total de fraldas que a família necessita por mês. Rose fala que é bem regrado, mas caso haja necessidade de quantidade extra é disponibilizado. Ela fala que seria importante cruzar as informações, por exemplo, de entrega de fraldas da paróquia, com o cadastro da APAE e da assistência social, para não acontecer de uma família pegar em dois ou três lugares, tirando a possibilidade de atender mais pessoas. Isso se aplicaria à entrega de cestas, entre outros, porém foi explicado que os serviços públicos trabalham com sigilo e essas informações não podem ser expostas, além de não poderem interferir em outras frentes. Andressa reforça a questão do sigilo, mas fala da importância do trabalho em rede para resolução de alguns casos em comum. Essa troca de informações precisa ser por reunião, em discussão de caso e não com dados de relatórios pertinentes somente ao serviço. Fernando fala que talvez o que tecnicamente funcionaria seria o inverso, a paróquia encaminhar relatório das cestas entregues para que política pública fizesse um confronto para adoção de medidas. Nathyele fala que houve um período que houve essa troca de informações e chegou no conselho, o escritório regional advertiu a conduta dizendo que o CRAS é um órgão público e não pode fazer troca de listas. Rose concorda com que Andressa trouxe e acredita ser viável juntar as coordenações e ter a conversa sobre as pessoas assistidas. Dessa forma as entregas ficariam mais igualitárias e a probabilidade de faltar para alguém seria menor. Toninho reforça que já presenciou situações de famílias que pegaram cesta no CRAS e na paróquia zombarem da cara dos voluntários. Nathyele fala que hoje a assistente social da igreja é a mesma que atende no CRAS Catedral, dando a possibilidade de sem infringir sigilo fazer uma boa filtragem. Fernando fala que como cidadão olha mais a necessidade de uma conscientização do indivíduo do que proibir de pegar cestas de vários serviços. Nathyele coloca que do ano passado para este, a entrega das cestas voltaram a ter o formato de eventualidade. Fernando questiona se alguém tem alguma consideração a fazer quanto à inscrição da APAE nos conselhos e Nathyele diz que no censo SUAS traz o questionamento quanto ao Serviço de Convivência e pergunta se a APAE está executando esse serviço. Sara fala que não ocorre ações de contra turno, que não tem espaço para desenvolver esse trabalho e não recebem recursos da assistência para manter esse tipo de serviço. Andressa sugere que esse assunto seja pautado em outra reunião juntamente com o órgão gestor responsável pelo financeiro da secretaria de assistência social para perguntarmos sobre os repasses de orçamento da Assistência Social, uma vez que no conselho foram aprovados planos de ação e prestações de contas de recursos que chegam por meio da Assistência Social para a APAE. Sara fala que são recursos advindos de emendas para custeio e nenhum para pagamento de pessoal, ou construção, disse que não conseguem manter um projeto de contraturno sem ter orçamento, pois a APAE é uma entidade sem fins lucrativos, não tem como contratar sem ter o recurso. Andressa pergunta se é possível fazer o uso do recurso para contratação de oficinairos e Sara fala que só vem recurso de custeio. Ela acrescenta que teria que ter recurso para construção, para depois pensar em ações de contraturno. Foi perguntado sobre o projeto de Judô e Sara falou que ocorria em parceria com o Sicredi e deixou de existir por falta de frequência das pessoas. Existe a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação que não permite a realização de projetos no período de aula, pois o ano letivo precisa ter 200 dias de aula e 800 horas. Disse que quando iniciou na direção existiam duas situações contraditórias, os atendimentos clínicos e projetos de judô no turno de aula e para não responder processos administrativos alterou esses atendimentos para o horário de contraturno. Disse que quando aconteceu essa mudança, quem antes era atendido pouco veio e colocavam inúmeras desculpas, como a falta de transporte. Dando sequência, Fernando informa que se não houver

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Rua Alberto Santos Dumont, Nº 186 – Centro – CEP: 87.140.000 Paiçandu/PR.

Tel.: 3244-3015 E-mail: conselhomunicipal1@paicandu.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Paiçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS**

outros questionamentos, coloca para aprovação a emissão de declaração para entidade APAE, pergunta se os Conselheiros tem alguma objeção, e não havendo, declara aprovado o encaminhamento, e faz a entrega a Silvana. **4 - Ofício nº 5295 do Ministério da cidadania, solicitando esclarecimento a respeito da Emenda de 100 mil para APAE;** A próxima pauta foi referente ao Ofício recebido do Ministério da Cidadania Nº 5295/2022 quanto a confirmação de recebimento do recurso repassado para o fundo municipal de Paiçandu no montante de 100 mil reais para a APAE. O prazo para resposta é de 15 dias a contar da data de recebimento deste ofício. Andressa perguntou se a APAE tinha ciência desse ofício e informou que entrou em contato com o órgão gestor o qual confirmou via cópia do extrato o recebimento do recurso. O recurso advindo do fundo federal da Assistência Social, foi transferido para conta do fundo municipal da assistência social de Paiçandu, e por sua vez, para a conta da APAE. Andressa diz que realmente essa é a realidade de muitos municípios em receber emendas de custeio, não sendo possível construir ou usar para contratação de RH. Andressa pergunta se as ações já foram executadas e quais os planejamentos. Sara pergunta de qual Deputado se refere essa emenda, Fernando diz que só tem o número da emenda, Sara disse que quando viu a pauta nem sabiam sobre o que se tratava, pois a APAE tem duas emendas de investimento em aberto, então entraram em contato com o órgão gestor da assistência e foi informado que essa emenda é advinda do Deputado Aliel Machado e para uso de custeio para fazer uso dentro de dois anos, estando ainda em vigência. Andressa explicou que vai responder sobre o recebimento do recurso, tanto com a resposta da gestão com o envio do extrato quanto com a cópia da ATA que será anexada no email. Nathyele pergunta se o questionamento é só se a APAE recebeu e Andressa explica que o questionamento tem o intuito de verificar a correta utilização do serviços e que seja encaminhado também documentos que comprovam que o Conselho está visitando as entidades e acompanhando. Foi questionado qual a data do recebimento do ofício e foi informado que recebemos dia 02 de janeiro de 2023. Andressa sugere encaminhar junto o plano desse recurso e caso queiram acompanhar o momento do envio. **5 - Habitação: denúncia de violação de direitos na ocupação dos prédios em Paiçandu;** A quinta pauta referente a habitação, quanto denúncias recebidas, Fernando questionou de onde veio a denúncia, Andressa fala que o conselho recebeu três pedidos para colocar a ocupação dos prédios abandonados em pauta, e traz como sugestão se todos concordarem, aprovar uma emissão de ofício para o jurídico, para a secretária de assistência social e Prefeito, que na próxima reunião venham dar uma base sobre essa questão e quais ações podem ser executadas, por exemplo, o caso do prefeito poderia encaminhar alguém da habitação. Outros conselheiros concordaram, e apontaram ser muito importante. Logo que ocorreu a ocupação, uma das conselheiras sugeriu uma reunião com toda Secretaria de Assistência Social, Prefeito e toda equipe para verificar a melhor maneira possível de realizar os atendimentos, porém, até o momento, essa reunião não ocorreu. Adriana disse que várias famílias que estão ali já são acompanhadas pelo conselho tutelar, recebe denúncia, mas entende que não há situações de violência ocorrendo no local a não ser a violação de direitos da criança e do adolescente, ligada à falta de moradia adequada, sendo de responsabilidade do estado, da habitação. Nathyele fala que a dificuldade que foi identificada é efetivar a matrícula das crianças, uma vez que não possuem comprovante de residência da Copel. Adriana disse que os pedidos de vaga que receberam, fizeram os encaminhamentos. Adriana traz que solicitaram também reunião com o jurídico, assistência e Dr. Ricardo para receberem orientações. Fernando fala sobre a dificuldade do município em intervir num assunto de um espaço privado. Nathyele fala sobre a importância de estabelecer protocolos de atendimentos. Fernando coloca que se

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Rua Alberto Santos Dumont, Nº 186 – Centro – CEP: 87.140.000 Paiçandu/PR.

Tel.: 3244-3015 E-mail: conselhomunicipal1@paicandu.pr.gov.br



Prefeitura Municipal de Paçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS


eles já moravam em Paçandu e já estavam sendo atendidos, a conduta de atendimento continua a mesma. Nathyele fala sobre os riscos que as famílias estão correndo naquele espaço, sobre os direitos negados. Antonio reforça que não é possível efetivação de matrícula sem o comprovante da Copel, seja das escolas municipais quanto nas privadas. Gláucia pergunta sobre como ocorreu a articulação de ocupação do espaço, quem é o líder e diz que vê essas famílias como vítimas, com riscos de vida, pois as janelas não têm grades, o fosso do elevador está aberto, sem água, sem energia elétrica e diz que essa reunião precisa acontecer com urgência. Fernando fala que a ocupação tem orientação de advogado e que a briga não é com quem pagou pelos condomínios, Banco do Brasil ou construtora, a questão é o Poder Público tomar providências quanto a um local de moradia para os que estão na ocupação. Rose fala que o que se discute não é a legalidade da ocupação, mas enquanto conselho, preocupa-se com as famílias que não tem moradia, não tem para onde ir. O preocupante é a vulnerabilidade e o risco que as pessoas estão naquele lugar. A parte da legalidade, é de responsabilidade do jurídico. O Conselho se ocupa do monitoramento para verificar a necessidade de atuação das Políticas Públicas. Fernando sugere o agendamento de reunião extraordinária interconselhos com pauta única para pautar quais denúncias recebidas. A Secretaria Executiva esclareceu que as denúncias recebidas referem-se a falta de moradia adequada, limitações no acesso à matrícula escolar, e dificuldade no acesso a atendimento na Assistência Social. No debate foi questionado sobre os direitos das pessoas que pagaram o imóvel para esta construtora. Também foi questionado sobre as legislações federais, estaduais e municipais sobre quais atendimentos são devidos aos indivíduos e famílias no local. Foi apontado que as pessoas da ocupação não são autores da lesão realizada às famílias compradoras. E seria interessante dialogar sobre os coordenadores desta ocupação para entender como foi esse processo, e se houveram outras situações anteriores, como ocorreu os atendimentos aos serviços essenciais de saúde, educação e assistência social nos outros municípios. Devido a demanda em diversas áreas, sugeriu-se uma visita com todos os Conselhos Municipais juntos, para que representantes destes Conselhos conversem com a liderança da ocupação, e depois, seja pautado em cada uma das reuniões ordinárias dos Conselhos seja discutido e realizado os encaminhamentos. A Secretaria executiva sugeriu agendar na próxima segunda ou terça a visita, sendo dia 30/01 ou dia 31/01. Entretanto, foi indicado a urgência e emergência da situação de vulnerabilidade destas famílias. Rose se prontificou em articular com o líder da ocupação visita técnica para 27 de janeiro, na sexta-feira. Ficou acordado com todos que a partir da data e horário confirmados com os líderes da ocupação, será encaminhado Ofício circular a todos os Conselhos Municipais para visita interconselhos. **6 - Informativos.** A Secretaria Executiva informa que a reunião ordinária está prevista para ser realizada dia 02/02/2023, sendo importantíssimo a presença de todos. Concluindo, o Fernando agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 11 horas, e nada mais a registrar, nós: Andressa Pires Martins Santana e Marcela Ortega Bigetti lavraram a ata que será assinada pelo presidente e demais membros do conselho.

Marcela Ortega Bigetti
Educadora Social

Andressa Pires Martins Santana
Secretária Executiva



Prefeitura Municipal de Paçandu
Secretaria Municipal de Assistência Social
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -
CMAS**



Fernando Junior da Conceição
Vice-Presidente CMAS

NOME	CPF/RG
<i>Franco S. de M. Marconi</i>	<i>816.340.059.53</i>
<i>Robsony Moura Partile</i>	<i>048.318.223-80</i>
<i>FERNANDO J. Conceição</i>	<i>6 406 001 2</i>
<i>Aluando A.R. Moura</i>	<i>061305279-00</i>
<i>Rauli Chaves</i>	<i>531487469.53</i>
<i>Adriano A. S.</i>	<i>015.601.699-07.</i>
<i>[Signature]</i>	<i>747.795.919.53</i>